

15. CONCURSO PÚBLICO: CPCOP.1.18.DMOSM - PROPOSTAS RELATIVAS À CONCESSÃO DE OBRAS PÚBLICAS: "CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM TERRENO MUNICIPAL PARA CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE COMPLEXO DESPORTIVO INTEGRADO".

Da **DMOSM** submetendo para aprovação as propostas constantes do relatório final e adjudicação da concessão à empresa **SUPERA AREEIRO, SA**, bem como a aprovação da respetiva minuta de contrato.

PROPOSTA REUNIÃO EXECUTIVO DE 11/02/2019

Assunto: CONCURSO PÚBLICO: CPCOP.1.18.DMOSM

CONCESSÃO DE OBRAS PÚBLICAS: "CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM TERRENO MUNICIPAL PARA CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE COMPLEXO DESPORTIVO INTEGRADO".

Propõe-se aprovação das propostas constantes do relatório final e adjudicação da concessão à empresa SUPERA AREEIRO, SA, bem como a aprovação da respetiva minuta de contrato.

Braga, 05/02/2019

DMOSM,



(Ana Martins, Eng.ª Civil)

À Reunião do
Executivo Municipal

fm ues

05-Fev-2019

DELIBERAÇÃO:**Remeta-se ao Sr. Presidente.**

A diretora da DMOSM,


(Eng.ª Alzira Torres)

2019/02/05

Despacho:

O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

_____/_____/_____

CONCURSO PÚBLICO: CPCOP.1.18.DMOSM**CONCESSÃO DE OBRAS PÚBLICAS: "CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM TERRENO MUNICIPAL PARA CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE COMPLEXO DESPORTIVO INTEGRADO".**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA PROPOSTA

I.- Introdução e identificação:

Identificação do procedimento: *Concurso Público para a "CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM TERRENO MUNICIPAL PARA CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE COMPLEXO DESPORTIVO INTEGRADO".*

Identificação do órgão competente para a decisão de contratar: *Câmara Municipal de Braga, no uso de competência própria, de acordo com o disposto no artigo 18.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, mediante autorização da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 25.º n.º 1, alínea p) da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.*

Prazo de execução: 480 dias

Identificação do Júri: Membros efetivos:

João Correia (Presidente)

Gaspar Silva (Substitui o Presidente nas suas ausências e/ou impedimentos)

Ana Martins



Membros suplentes:

Alzira Torres

Valéria Borges

Por decisão da Câmara Municipal de Braga, tomada na reunião de 26/11/2018, mediante autorização da Assembleia Municipal, datada de 14/12/2018 o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por Concurso Público: CPCOP.1.18.DMOSM, em conformidade com a alínea a) do artigo 19.º, n.º 1 e 2 do artigo 36.º, artigo 38.º, artigos 130.º a 148.º, e artigos 407.º a 428.º todos do Código dos Contratos Públicos.

Uma vez que, nos termos do disposto no artigo 53.º do *Código dos Contratos Públicos*, «é **concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta**» e que a proposta pressupõe a existência de uma declaração negocial destinada à conclusão de um contrato, nos termos consagrados no artigo 224.º do Código Civil, verificou-se que apenas um concorrente apresentou proposta.

II.- Análise das propostas:

Procedeu-se à análise da única proposta apresentada, no sentido de determinar se a mesma se conformava com os documentos normativos do procedimento e com a lei e se não apresentava vícios ou irregularidades suscetíveis de determinar a sua exclusão, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*, tendo-se concluído que, de acordo com os quadros seguintes, a proposta está em condições de ser admitida:

EMPRESA CONCORRENTE	Valor da proposta de contrapartida (€ s/IVA)	DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA (cláusula 8ª do Programa de Concurso)							
		a) Proposta contrapartida	b) Proposta funcional		c) Proposta arquitetónica		d) Proposta urbanística	e) Projeto de exploração	f) Proposta eficiência energética
			Estudo prévio de arquitetura	Articulação funcional	peças desenhadas	peças escritas			
SUPERA AREIRO, SA	1 050 001,00 €	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM



DOCUMENTOS	VERIFICAÇÃO
1. Proposta Funcional (PF)	
1.1 Estudo Prévio	Apresenta estudo prévio de arquitetura, com peças desenhadas que comprovam a exequibilidade do projeto, designadamente plantas, alçados e cortes.
1.2 Articulação Funcional	Apresenta proposta detalhada e coerente explicitando com clareza a articulação entre as diversas áreas funcionais, os acessos públicos e as áreas de serviço.
2. Proposta Arquitetónica (PA)	
2.1 Proposta Construtiva	Apresenta proposta detalhada com a definição de processos construtivos e dos materiais de revestimento adequados ao uso.
2.2 Proposta Arquitetónica	Apresenta proposta com soluções ao nível dos alçados e demonstração da sua integração na envolvente urbana.
2.3 Eficiência Energética	Apresenta proposta com soluções ao nível da eficiência energética.
3. Integração Urbanística (IU)	
3.1 Proposta Urbanística	Apresenta proposta que permite verificar o cumprimento integral dos parâmetros urbanísticos, designadamente alinhamentos, cêrceas e número de lugares de estacionamento subterrâneo definidos no programa de procedimento.
4. Projeto de Exploração (PE)	
4.1 Diversidade e Qualidade do Programa e da Oferta Desportiva	Apresenta proposta completa de programação e oferta desportiva para todo o Centro Desportivo a construir no espaço concessionado, definindo as valências da oferta, o público-alvo, as atividades principais, as atividades complementares, os horários de funcionamento e propostas de parcerias com o Município de Braga.
4.2 Equipamento a Instalar	Apresenta proposta completa dos equipamentos técnicos a instalar, nomeadamente equipamentos técnicos de aquecimento e tratamento de águas da piscina, sistemas de AVAC, máquinas de musculação e de fitness, apresentando marcas e características dos equipamentos.
5. Proposta de remuneração apresentada pelo concessionário (P)	Apresenta proposta de investimento/remuneração superior a 50% do preço base.

Observação: o concorrente apresentou a declaração do anexo I ao *Código dos Contratos Públicos*, ao invés do *Documento Europeu Único de Contratação Pública* que, nos procedimentos com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, substitui o referido anexo I, nos termos do disposto no artigo 57.º, n.º 6 do Código. Uma vez que ambos os documentos se reportam a declarações a serem prestadas pelos concorrentes relativamente aos impedimentos previstos no artigo 55.º, destinando-se o DEUCP a isentar os concorrentes de apresentação do dito anexo I, porque os objetivos de declaração respeitante aos impedimentos ficam assegurados – o que, aliás, será verificado em sede própria, a de habilitação de adjudicação – o júri entendeu que não assume qualquer relevância formal ou material a opção do concorrente pela apresentação do anexo I.

III.- Recomendação ao órgão decisor:**III.1 - Adjudicação**

Uma vez que foi apresentada uma única proposta e que esta está em condições de ser admitida, não há lugar à aplicação do critério de adjudicação, dada a dispensabilidade de diferenciar propostas para efeitos da sua graduação.

Nestes termos, propõe-se a adjudicação à empresa acima referida nos termos e condições da respetiva proposta, que se encontra em conformidade com o caderno de encargos.

Mais se propõe que se dispense a realização de audiência prévia, nos termos previstos na alínea f), do n.º 1 do artigo 124.º do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que os elementos constantes do procedimento conduzem a uma decisão favorável à pretensão deduzida pelo interessado com a apresentação da respetiva proposta.

III.2 – Caução

- a) O adjudicatário garantirá por caução, a prestar nos termos do disposto no n.º3 do artigo 89º do Código dos Contratos Públicos, em valor correspondente a 2% do montante correspondente à utilidade económica imediata do contrato para a entidade adjudicante.

III.3 – Documentos de habilitação

Nos termos da cláusula 21ª do Programa de Concurso, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação solicitados, é de 6 dias úteis, a contar da notificação da decisão de adjudicação.

III.4 – Contrato escrito

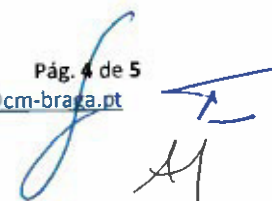
- **Minuta do contrato**

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato em anexo, a celebrar com o adjudicatário.

III.5 – Notificação da Adjudicação

Face ao que antecede, submete-se à consideração superior a presente proposta. Se a mesma merecer aprovação, proceder-se-á, nos termos artigo 77.º do CCP, à notificação do adjudicatário:

- Da adjudicação;



- Da minuta do contrato, nela se identificando o procedimento através da designação adotada nas deliberações dos órgãos autárquicos e na divulgação efetuada nos anúncios através dos quais o procedimento foi publicitado;
- Para apresentação dos documentos de habilitação exigidos, no prazo fixado;
- Para confirmar no prazo estabelecido, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, nos termos do artigo 77.º, n.º 2, c), do CCP.

O Júri do Procedimento,



(Eng.º Gaspar Silva)



(Eng.ª Ana Martins)



(Eng.ª Alzira Torres)

MINUTA / CONTRATO DE CONCESSÃO N.º CPCOP.1.18.DMOSM

"Concessão de Exploração de um Terreno Municipal para a Construção e Exploração de Complexo Desportivo Integrado"

ENTRE

Primeiro: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificado por **«Concedente»**;

E

Segundo: SUPERA AREEIRO, SA, com sede na Avenida de Roma, n.º 26 AA, 1000-266 Lisboa, pessoa coletiva n.º 509822533, matriculada na..... sob o número....., com o capital social de € (.....euros), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme....., doravante identificado **simplesmente por «Concessionário»**.

Considerando que:

- a) Por deliberação de 26/11/2018, da sua Câmara Municipal, devidamente autorizada pela Assembleia Municipal na sessão de 14/12/2018, a Concedente promoveu o concurso público para a «Concessão de Exploração de um Terreno Municipal para a Construção e Exploração do Complexo Desportivo Integrado», futuro complexo desportivo Municipal de Braga, por intermédio de anúncios publicados no Diário da República, n.º 11074/2018 de 20/12/2018, e, em 22/12/2018 no Jornal Oficial da União Europeia, com o n.º 2018/S 247-571631;
- b) A Câmara Municipal de Braga, no seguimento do Relatório de Avaliação da Proposta apresentada e da recomendação nele vertida pelo Júri, pela deliberação datada de de de 2019, adjudicou ao Concessionário a concessão, objeto do referenciado procedimento;
A minuta do contrato de concessão foi aprovada pela deliberação da Câmara Municipal de Braga de ... de de 2019;
- c) O Concessionário fica subordinado às exigências de interesse público implicados na concessão, objeto do contrato, e investido nos riscos a ela inerentes, nos termos do disposto no artigo 413.º do Código dos Contratos

Públicos, constituindo esse pressuposto a base do equilíbrio contratual definido pelos, aqui, outorgantes;

_____ É celebrado o presente contrato de concessão de obra pública, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam. _____

Cláusula 1.º

(Objeto do contrato)

1.- A Concedente atribui ao Concessionário, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 407.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, a construção e a exploração do Complexo Desportivo Integrado, na Rua Luís Soares Barbosa, no município de Braga, que compreende as prestações principais seguintes:

A construção e exploração de um Complexo Desportivo Municipal num lote de área total de 6476m², com uma área de implantação de 3.000m² e uma cerca máxima de 12 metros;

A construção, no mesmo lote de terreno, de um estacionamento subterrâneo com cerca de 150 lugares de estacionamento;

A apresentação à Câmara Municipal de Braga, para efeitos de controlo prévio e licenciamento urbanístico, no âmbito da legislação aplicável, do projeto de execução, compreendendo todas as especialidades, do Complexo Desportivo Municipal de Braga com piscina, sauna, spa, salas de atividade de grupo, salas de exercício e musculação;

A execução, durante o prazo de vigência da concessão, da manutenção, limpeza e bom funcionamento do Complexo Desportivo Municipal de Braga;

O pagamento de todas as despesas de investimento e exploração do Complexo Desportivo Integrado, que são da sua responsabilidade;

A segurança da obra e do Complexo Desportivo Municipal de Braga, uma vez erigido e ao longo de todo o prazo da sua exploração;

2.- Constituem, ainda, prestações devidas pelo Concessionário, as demais obrigações previstas na Cláusula 3.º do Caderno de Encargos, que integra o âmbito do presente contrato, sem prejuízo das obrigações impostas no artigo 414.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 2.ª**(Âmbito do contrato)**

1.- Fazem parte integrante deste contrato, para além do presente título contratual, nos termos da cláusula 2.ª do Caderno de Encargos e em conformidade com o prescrito no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos:

- Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos interessados em fase pré-contratual e que foram expressamente aceites pela Concedente na sua condição de entidade adjudicante;
- Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- O Caderno de Encargos;
- A proposta do Concessionário.

2.- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são ali relacionados.

Cláusula 3.ª**(Prazos)**

A concessão terá a duração de 40 (quarenta) anos, nos termos previstos na cláusula 5ª do Caderno de Encargos.

Cláusula 4.ª**(Construção)**

1.- O projeto de execução será elaborado pelo Concessionário de harmonia com os elementos de solução da obra (a proposta funcional, a proposta arquitetónica e a proposta urbanística), nos termos e condições constantes da proposta do Concessionário, e obedecerão ao prescrito no Caderno de Encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso.

2.- A obra será executada em estrita conformidade com os projetos de execução elaborados nos termos do número anterior.

3.- Em tudo o que respeite à realização dos trabalhos de construção necessários para a realização do objeto da concessão e não especialmente regulados pelo Caderno de Encargos, observar-se-á, com as necessárias adaptações, o regime previsto no capítulo I do título II da parte III do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 5.ª**(Local da obra)**

Os trabalhos de construção, objeto deste contrato, serão executados na freguesia de São Vitor, concelho de Braga, em lote de terreno municipal sito na Rua

Luís Soares Barbosa, em local melhor identificado nos documentos que integram o processo do procedimento de contratação identificado no considerando a).

Cláusula 6.ª

(Bens afetos à concessão)

1.- Sem prejuízo do estabelecido na lei, ficam afetos à Concessão, nela se integrando para os devidos e legais efeitos, independentemente de terem sido ou não inventariados, as obras, infraestruturas e equipamentos que integrarão o Complexo Desportivo Municipal Integrado, bem como quaisquer outros bens afetos à exploração e gestão do Concessionário.

2.- O Concessionário é obrigado a manter todos os equipamentos em perfeitas condições de segurança, nos termos da legislação aplicável, suportando os encargos associados a tal obrigação.

3.- O Concessionário é obrigado a elaborar um inventário com o registo da totalidade do património afeto à Concessão, que deve estar permanentemente atualizado e disponível para consulta e fiscalização pelo Concedente.

Cláusula 7.ª

(Financiamento)

1.- O Concessionário assume o financiamento da totalidade das prestações que lhe estão contratualmente atribuídas, nos termos da cláusula 1.ª do presente contrato, bem com o da aquisição, instalação e operação de todo o equipamento necessário à exploração do Complexo Desportivo Integrado.

2.- O Concedente não participará no investimento nem avalizará o que o Concessionário venha a contrair para o efeito.

Cláusula 8.ª

(Contrapartidas)

1.- O Concessionário pagará ao Concedente, a título de contrapartida, o montante de € 1.050. 001,00 (um milhão cinquenta mil e um euros), acrescido de IVA calculado à taxa legal em vigor.

2.- A contrapartida prevista no número anterior será paga pelo Concessionário ao Concedente nos termos seguintes:

- 30% do valor total com a outorga do presente contrato;
- 70% no ato de levantamento da licença de construção do Complexo Desportivo Integrado.

Cláusula 9.ª**(Fiscalização da Construção)**

1. - Durante a execução da construção, a Concedente será representada por um diretor de fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no Caderno de Encargos ou neste contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2. - O Concedente notificará o Concessionário da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.

3. - O diretor de fiscalização da obra terá poderes de representação da Concedente em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo Concessionário nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do contrato de concessão.

Cláusula 10.ª**(Fiscalização da Exploração)**

1.- O Concedente poderá fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis e, bem assim, das cláusulas do presente contrato, onde quer que o Concessionário exerça a sua atividade no âmbito da exploração do Complexo Desportivo Integrado, podendo, para tanto, exigir-lhe as informações e os documentos que considerar necessários.

2.- O pessoal de fiscalização, devidamente identificado e mandatado, dispõe de livre acesso, no exercício das suas funções, a todas as infraestruturas e equipamentos que integram o estabelecimento da concessão e a todas as instalações do Concessionário, sem prejuízo do seu regular e normal funcionamento.

3.- Para enquadramento da fiscalização, o Concessionário enviará anualmente o programa para o ano seguinte de auditorias internas da qualidade, e ambientais e segurança e as principais não-conformidades detetadas nas auditorias efetuadas durante esse ano, e respetivas ações corretivas.

Cláusula 11.ª**(Modificações subjetivas)**

1.- O Concessionário tem por objeto social exclusivo, ao longo de todo o período de duração do contrato, as atividades que se encontram integradas na concessão.

2.- O exercício, pelo Concessionário, de atividades não compreendidas no objeto do presente contrato, ainda que complementares ou acessórias das que constituem o seu objeto principal, dependem de prévia autorização escrita do Concedente.

3.- A cessão da posição contratual por parte do Concessionário depende de autorização prévia escrita por parte do Concedente.

Cláusula 12.ª

(Reversão de Bens)

1.- No termo da concessão, reverterá gratuita e automaticamente para o Concedente todos os bens e direitos que integram a concessão, livres de quaisquer ónus ou encargos, obrigando-se o Concessionário, dentro de um prazo razoável fixado pela Concedente, a entregá-los em bom estado de conservação e funcionamento, sem prejuízo do normal desgaste do seu uso.

2.- Caso o Concessionário não dê cumprimento ao disposto no número anterior, o Concedente promove a realização dos trabalhos e aquisições que sejam necessários à reposição dos bens aí referidos, correndo os respetivos custos pelo Concessionário e podendo ser utilizada a caução para os liquidar no caso de não ocorrer pagamento voluntário e atempado dos montantes debitados pelo Concedente.

3.- Os bens que integram o estabelecimento da concessão são transferidos para o Concedente, nos termos do contrato de concessão, livres de quaisquer ónus ou encargos, no termo do prazo de vigência do contrato.

Cláusula 13.ª

(Caução)

O Concessionário garante, por caução, o bom e tempestivo cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais inerentes à conceção, construção e garantia da obra que assume com a celebração do contrato de concessão, em montante correspondente a 2% do montante correspondente à utilidade económica imediata do contrato para o Concedente.

Cláusula 14.ª

(Seguros)

O Concessionário apresentará ao Concedente as apólices dos seguros indicados na Cláusula 14.ª do Caderno de Encargos, emitidos e que se manterão em vigor durante a vigência da concessão.

Cláusula 15.ª**(Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais)**

1.- O Concessionário obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo Concedente ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.

2.- Os dados pessoais a que o Concessionário tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Concedente, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do Concedente.

3.- O Concessionário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Concedente, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo Concedente.

4.- No caso em que o Concessionário seja autorizado pelo Concedente a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

5.- O Concessionário obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP), e na demais legislação aplicável, em particular o Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que celebre com outras entidades por si subcontratadas.

6.- O Concessionário obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo Concedente única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;
- b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
- c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;

- d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o Concedente esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do Concedente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- f) Prestar ao Concedente toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o Concedente informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.

7.- O Concessionário será responsável por qualquer prejuízo em que o Concedente venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

8.- Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Concessionário, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Concessionário e o referido colaborador.

9.- A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

Cláusula 16.ª

(Invalidade parcial)

Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado do mesmo, o qual se manterá plenamente em vigor.

Cláusula 17.º**(Despesas do contrato e encargos do Concedente)**

1.- Todas as despesas do contrato, designadamente os emolumentos devidos por força da submissão do contrato de concessão à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, serão da responsabilidade do Concessionário.

2.- Constituem, ainda, encargo do Concessionário as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos.

Cláusula 18.º**(Foro competente)**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 19.º**(Gestor do contrato)**

1.- O Concedente designa o senhor **Luís Manuel Faria Borges Almeida** como gestor do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2.- Fica reservado ao órgão decisor do Concedente a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato.

3.- O Concedente poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato.

Cláusula 20.º**(Comunicações e notificações)**

1.- As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a vigência da concessão, entre o Concedente e o Concessionário, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

2.- Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos, os, aqui, outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:

a) Primeiro outorgante e aqui concedente: **contratacao.empreitadas@cm-braga.pt**.

b) Segundo outorgante e aqui concessionário:.....

3.- As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.

4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido.

5.- As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

Cláusula 21.ª

(Legislação aplicável)

Em tudo o omissso no presente programa de concurso, observar-se-á o regime do Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

Cláusula 22.ª

(Vigência)

O presente contrato entra em vigor na data da notificação à Concedente da declaração de conformidade ou do visto prévio do Tribunal de Contas.

Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar o presente contrato, feito em feito em duplicado, ficando um exemplar em poder de cada uma das partes.

Braga, de fevereiro de 2019

Pelo Concedente,

Pelo Concessionário,

(.....)

(.....)

Ana Martins

De: Ana Martins
Enviado: 1 de fevereiro de 2019 12:44
Para: João Correia
Cc: Alzira Torres; Gaspar Silva; Valeria Borges
Assunto: Concessão Exploração - SUPERA
Anexos: resposta n.º 1.6 da cláusula 3ª do CE.pdf

Importância: Alta

Olá Dr. João

Conforme tinha referido, a empresa contempla na sua proposta o cumprimento do n.º 1.6 da cláusula 3ª do caderno de encargos, como se verifica pelos documentos anexos.

Qualquer questão adicional, estou ao dispor.

Atentamente,



Ana Martins

D.M.O.S.M.

ana.martins@cm-braga.pt

T: 253 203 150 | F: 253 613 387 | TL: ...

www.cm-braga.pt | Ext. 1134

Este e-mail é amigo do ambiente. pondere antes de o imprimir!



❖ **CONTRAPARTIDAS PROPOSTAS POR SUPERA DE ATIVIDADES DO MUNICÍPIO DE BRAGA NA PISCINA.**

A proposta de SUPERA, em caso de resultar a adjudicação da proposta apresentada, contempla, de acordo com as disposições da seção 1.6. da cláusula 3ª do Caderno de Encargos do presente concurso público, durante todo o tempo da concessão permitir o **acesso gratuito à piscina a atividades do Município de Braga**, nos seguintes termos:

-Alunos de Jardins de Infância e/ou do 1º ciclo do Ensino Básico, num período de 2 (duas) horas diárias, durante 5 (cinco) dias uteis por semana, num número mínimo de 30 (trinta) alunos por hora de utilização e uma ocupação máxima por hora de 2 (duas) pistas.

As condições concretas de utilização serão acordadas entre as partes.

A utilização de espaço no Centro Desportivo atrás referida por parte do Município de Braga não acarreta qualquer custo ao concessionário em termos de enquadramento técnico.



		COMPLEXO DESPORTIVO INTEGRADO DE BRAGA														supera	
		08:00	09:00	10:00	11:00	12:00	13:00	14:00	15:00	16:00	17:00	18:00	19:00	20:00	21:00	22:00	
SEGUNDA FEIRA	C1.1	00:15:30:45										7I	7I	10I			
	C1.2		AA	AM								7M	7P	7M	10M		
	C1.3													AM	AA		
	C1.4																
	C1.5													14M			
	C6.2													SIN TRO			
TERÇA FEIRA	C1.1	00:15:30:45										7I	7I	7M	10M		
	C1.2		AI	12I	6M							7M	10M	14M	14A		
	C1.3						AA										
	C1.4													10A	AM		
	C1.5																
	C6.2													10I	14I		
QUARTA FEIRA	C1.1	00:15:30:45										7I	7I	AI			
	C1.2		AI									7A	7A	10A			
	C1.3			AM													
	C1.4																
	C1.5																
	C6.2													10I	WT		
QUINTA FEIRA	C1.1	00:15:30:45										7I	7I	PRE	AI		
	C1.2		AI	9I	6M							7M	10M	10M	14A		
	C1.3						AA										
	C1.4																
	C1.5													10A	AM		
	C6.2													10I	14I		
SEXTA FEIRA	C1.1	00:15:30:45										7I	7I	10I			
	C1.2		AA	AM								7M	7A	7M	10M	AA	
	C1.3																
	C1.4																
	C1.5																
	C6.2																
SABADO	C1.1	00:15:30:45															
	C1.2																
	C1.3																
	C1.4																
	C1.5																
	C6.2																
DOMINGO	C1.1	00:15:30:45															
	C1.2																
	C1.3																
	C1.4																
	C1.5																
	C6.2																



COMPLEXO DESPORTIVO INTEGRADO DE BRAGA

1ª FEIRA

	08:00	09:00	10:00	11:00	12:00	13:00	14:00	15:00	16:00	17:00	18:00	19:00	20:00	21:00	22:00
1.1	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	21	21	21		
1.2	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	41	21	41		

3ª FEIRA

	08:00	09:00	10:00	11:00	12:00	13:00	14:00	15:00	16:00	17:00	18:00	19:00	20:00	21:00	22:00
3.1	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45
3.2	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45

4ª FEIRA

	08:00	09:00	10:00	11:00	12:00	13:00	14:00	15:00	16:00	17:00	18:00	19:00	20:00	21:00	22:00
4.1	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45
4.2	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45

5ª FEIRA

	08:00	09:00	10:00	11:00	12:00	13:00	14:00	15:00	16:00	17:00	18:00	19:00	20:00	21:00	22:00
5.1	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45
5.2	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45

6ª FEIRA

	08:00	09:00	10:00	11:00	12:00	13:00	14:00	15:00	16:00	17:00	18:00	19:00	20:00	21:00	22:00
6.1	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45
6.2	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45

SABADO

	08:00	09:00	10:00	11:00	12:00	13:00	14:00	15:00	16:00	17:00	18:00	19:00	20:00	21:00	22:00
S.1	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45
S.2	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45

DOMINGO

	08:00	09:00	10:00	11:00	12:00	13:00	14:00	15:00	16:00	17:00	18:00	19:00	20:00	21:00	22:00
D.1	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45
D.2	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45	00:15:30:45

Diagram showing various sports and activities available at the complex, categorized by age group and time slot.

- ADULTOS
- Recreio de Inverno aquático
- Mais de 40
- WATERPOLO
- SINCRONIZADA
- 14-17 ANOS
- JARDIM DE INFANCIA
- PRENATAIS
- 2-3 ANOS
- 4-6 ANOS
- 7-9 ANOS
- 10-13 ANOS
- ADULTOS
- 1ª ciclo de Futebol Basico

Reserva de estacionamento

MUNÍCIPIO DE BRAGA

Câmara Municipal



BRAGA
Cidade autêntica

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

CONCURSO PÚBLICO

**“CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM TERRENO
MUNICIPAL PARA A CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO
DE COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE
BRAGA”**

Índice

Programa do Procedimento	2
Capítulo I	2
Disposições gerais.....	2
Capítulo II	3
Regras de participação	3
Capítulo III	5
Proposta.....	5
Capítulo IV.....	9
Análise das propostas e adjudicação.....	9
Capítulo V.....	13
Habilitação	13
Capítulo VI.....	15
Caução	15
Capítulo VII.....	16
Celebração de contrato	16
Capítulo VIII.....	17
Recursos.....	17

Programa do Procedimento

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1ª

Objeto do Contrato

O presente Concurso Público tem por objeto a **Concessão de exploração de um terreno municipal para a Construção e exploração de Complexo Desportivo Municipal de Braga**, na Rua Luís Soares Barbosa, em Braga, num terreno municipal com área de 6476m², com uma área de implantação de 3000m², uma cércea máxima de 12 metros e estacionamento subterrâneo no terreno, de acordo com as condições definidas nas especificações e no Caderno de Encargos, nos termos do Artigo 130º e seguintes, do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Cláusula 2ª

Entidade pública contratante

1. A entidade Pública contratante é a **Câmara Municipal de Braga**, sita na Praça do Município em Braga, cuja decisão de contratar foi aprovada por deliberação da Câmara Municipal de Braga em 10/12/2018 e aprovada pela Assembleia Municipal de Braga, em Sessão de 14/12/2018.
2. As peças do concurso estão disponíveis para consulta dos interessados das 9H00 às 13:00 e das 14:00 às 17:00, na Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais, sita no Edifício do Pópulo, na Praça Conde Agrolongo, em Braga, com o número de telefone 253203150 e com o email contratacao.empreitadas@cm-braga.pt.
3. A consulta e disponibilização das peças do procedimento será através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.
4. Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante, o júri do concurso e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da plataforma eletrónica, nos termos dos artigos 467º a 469º do CCP.

Cláusula 3ª

Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento deverão ser solicitados pelos interessados, por escrito, através da plataforma eletrónica www.anogov.com, na funcionalidade esclarecimentos/comunicações, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pelo júri do procedimento, por escrito, através da plataforma eletrónica www.anogov.com, na funcionalidade esclarecimentos/comunicações, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Dos esclarecimentos prestados e das retificações de erros ou omissões efetuadas, juntar-se-á cópia às peças patentes em concurso, sendo a sua existência comunicada aos interessados e publicitada na plataforma eletrónica www.anogov.com, de acordo com o art. 50º do CCP.

Capítulo II

Regras de participação

Cláusula 4ª

Concorrentes

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participe no procedimento de formação de um contrato, mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do Artigo 54º do CCP, nem integrar outro agrupamento concorrente.

4. Todos os membros de um agrupamento concorrente serão solidariamente responsáveis perante o Município de Braga pela manutenção da sua proposta, assumindo as consequências legais.
5. Qualquer alteração na composição do agrupamento terá de ser autorizada pelo Município de Braga, sob pena de exclusão do concurso, mediante solicitação escrita, assinada por todos os constituintes, incluindo a renunciante e a que a substitui, se esse for o caso.
6. Se algum dos elementos deixar de fazer parte integrante do agrupamento, a sua quota de responsabilidade transitará, na íntegra, para os restantes elementos, sem prejuízo de o Município de Braga, se assim o entender, acionar o elemento desistente e/ou os restantes, no sentido de os ressarcir dos prejuízos daí decorrentes.
7. No caso de consórcio externo, para além da indicação da percentagem de participação de cada uma das empresas, deverá designar-se uma delas para o desempenho das funções de “chefe de consórcio”, sem prejuízo da responsabilidade solidária das restantes.
8. A falência, dissolução ou inabilitação judicial do exercício da atividade social de qualquer das empresas do agrupamento concorrente, ou a pendência do respetivo processo, acarreta a imediata exclusão do agrupamento, seja qual for a fase em que o procedimento do concurso se encontre, sem prejuízo da responsabilidade solidária das restantes empresas do agrupamento concorrente relativa aos prejuízos causados ao Município de Braga pela sua exclusão.
9. Nenhuma entidade poderá figurar em mais do que um agrupamento de empresas, nem se apresentar integrada em agrupamento caso concorra individualmente, sob pena de exclusão.
10. Os agrupamentos de empresas que, à data de apresentação da sua proposta, já estejam legalmente constituídos sob a forma de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, instruirão a sua proposta com um documento comprovativo de tal constituição.

Cláusula 5ª

Impedimentos

Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem nas situações descritas no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo III

Proposta

Cláusula 6ª

Noção de proposta e prazo de entrega

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta deve ser entregue até às 18:00 horas do 30º dia a contar da data de envio para publicação do anúncio de abertura no *Diário da República* e no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Cláusula 7ª

Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas

1. Quando as retificações ou esclarecimentos previstos na Cláusula 3ª sejam comunicadas, pela entidade adjudicante, para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado, a indicar pelo júri do procedimento.
2. As retificações referidas na Cláusula 3ª, independentemente do momento da sua comunicação por parte da entidade adjudicante, ou a aceitação dos erros e omissões do caderno de encargos, nos termos da Cláusula 13ª implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao prazo decorrido desde o início do prazo para apresentação das propostas, até à comunicação ou publicitação da decisão de aceitação de erros e omissões.
3. As prorrogações previstas nos artigos anteriores serão juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido,

publicando-se imediatamente aviso no Diário da República, nos termos do nº 4, do artigo 64º do CCP, conforme os casos.

Cláusula 8ª

Documentos da proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Proposta com indicação da contrapartida à entidade adjudicante, conforme o definido na cláusula 12.ª do Programa do Concurso;
 - b) Proposta funcional, incluindo Estudo prévio de Arquitetura e articulação funcional;
 - c) Proposta arquitetónica, incluindo proposta construtiva (Projeto de execução (Peças desenhadas, peças escritas, incluindo memória descritiva, plano de trabalhos e orçamento);
 - d) Proposta urbanística;
 - e) Projeto de Exploração, incluindo, nomeadamente o programa e a oferta desportiva, bem como o equipamento a instalar.
 - f) Proposta de eficiência energética
2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis por conterem atributos da proposta de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.

Cláusula 9ª

Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela Câmara Municipal de Braga, até às 23h59 do 30.º dia a contar da submissão do concurso na plataforma eletrónica.
2. Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica deverão ser assinados eletronicamente através de certificado de assinatura eletrónica qualificada e juntar documento que mandate quem assine a proposta, se aplicável.
3. A receção das propostas é registada pela plataforma eletrónica, com referência às respetivas data e hora.

4. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do previsto no nº 1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:
 - a) No rosto do qual deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;
 - b) Deve ser entregue diretamente nos serviços de atendimento deste município sitos no Edifício do Pópulo, na Praça Conde Agrolongo, em Braga, sendo entregue aos concorrentes um recibo comprovativo dessa receção, com registo da data e hora, no caso de entrega direta ou por correio registado com aviso de receção para a mesma morada, devendo esta receção ocorrer dentro do prazo fixado na Cláusula 6ª.

Cláusula 10ª

Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, no caso de tal não ser possível, acompanhado da devida tradução legalizada.

Cláusula 11ª

Propostas Variantes

1. Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.
2. São variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos pelo caderno de encargos.
3. Cada concorrente só pode apresentar uma única proposta.

Cláusula 12ª

Indicação das Contrapartidas

1. A proposta da contrapartida à entidade adjudicante deve indicar, o respetivo valor não inferior a 700.000€ (setecentos mil euros).

2. Os preços devem ser indicados em algarismos e por extenso e, em caso de divergência, os indicados por extenso prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

Cláusula 13ª

Erros e omissões do caderno de encargos

- 1) Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões do caderno de encargos detetados que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou danos que se revelem desconformes com a realidade, ou
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar ou;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrarem que o interessado não considere exequíveis.
- 2) Excetuam-se do disposto no número anterior os erros e omissões que os interessados, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato.

Cláusula 14ª

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula 15ª

Classificação de documentos da proposta

1. Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, podem os interessados requerer, através da plataforma eletrónica referida na cláusula 2ª até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação de documentos que constituam a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.

2. A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a proposta deve ser notificada aos interessados, através da plataforma eletrónica referida na cláusula 2ª, até ao segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
3. Considera-se não escrita ou não declarada a classificação de um documento que não tenha sido expressamente autorizada nos termos do disposto nos números anteriores.
4. Se, no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinam a classificação do documento, é promovida oficiosamente, pelo júri do concurso, a respetiva desclassificação que será informada a todos os interessados.
5. Quando, por força da classificação dos documentos que constituem a proposta, não seja possível apresenta-los nos termos previstos na Cláusula 9ª, ou no prazo fixado na Cláusula 6ª, o júri pode estabelecer oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo, na medida do estritamente necessário.

Capítulo IV

Análise das propostas e adjudicação

Cláusula 16ª

Análise das Propostas

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos, representados pelos fatores e subfatores que densificam o critério de adjudicação e termos ou condições.
2. São excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a) Que não apresentem os documentos referidos na Cláusula 8ª;
 - b) Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no programa do procedimento e caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar não submetidos à concorrência sem prejuízo das especificações técnicas;
 - c) Impossibilidade e avaliação em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;

- d) O preço da contrapartida seja inferior ao preço base;
- e) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- f) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência, que deve ser imediatamente comunicada à Autoridade da Concorrência;
- g) Que não sejam assinados eletronicamente através de certificado de assinatura eletrónica qualificada devidamente mandatado.

Cláusula 17ª

Esclarecimentos sobre as propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas, fixando prazo para a sua apresentação.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinem a sua exclusão nos termos da Cláusula 16ª, nº2.
3. Todos os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na plataforma eletrónica referida na Cláusula 2ª, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse ato.

Cláusula 18ª

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade da melhor relação qualidade-preço, de acordo com os seguintes fatores:

FATOR	SUBFATOR	PONTUAÇÃO	PONDERAÇÃO	NOTAS
1.Proposta Funcional (PF)		20 pontos		
	1.1 Estudo Prévio	10 pontos	Avalia de 0 a 10 pontos as propostas mais adequadas aos requerimentos municipais	1
	1.2 Articulação Funcional	10 pontos	Avalia de 0 a 10 pontos as propostas detalhadas e coerentes explicitando com clareza a articulação entre as diversas áreas funcionais, os acessos públicos e as áreas de serviço.	2
2.Proposta Arquitetónica (PA)		25 pontos		
	2.1 Proposta Construtiva	5 pontos	Avalia de 0 a 10 pontos a proposta com a definição de processos construtivos e dos materiais de revestimento adequados ao uso.	3
	2.2 Proposta Arquitetónica	10 pontos	Avalia de 0 a 10 pontos a proposta com soluções ao nível dos alçados e demonstração da sua integração na envolvente urbana.	4
	2.3 Eficiência Energética	10 pontos	Avalia de 0 a 10 pontos a proposta com soluções ao nível da eficiência energética e classificação energética do complexo.	5
3.Integração Urbanística (IU)		10 pontos		
	3.1 Proposta Urbanística	10 pontos	Avalia de 0 a 10 pontos se cumpre integralmente os parâmetros urbanísticos, designadamente alinhamentos, cêrceas e número de lugares de estacionamento subterrâneo.	6
4.Projeto de Exploração (PE)		25 pontos		
	4.1 Diversidade e Qualidade do Programa e da Oferta Desportiva	15 pontos	Avalia de 0 a 10 pontos a proposta completa da programação e oferta desportiva para todo o Centro Desportivo a construir no espaço concessionado, definindo as valências da oferta, o público-alvo, as atividades principais, as atividades complementares, os horários de funcionamento e propostas de parcerias com o Município de Braga.	7
	4.2 Equipamento a Instalar	10 pontos	Avalia de 0 a 10 pontos a proposta completa dos equipamentos técnicos a instalar, nomeadamente equipamentos técnicos de aquecimento e tratamento de águas da piscina, sistemas de AVAC, máquinas de musculação e de fitness, apresentando marcas e características dos equipamentos.	8
5.Proposta de remuneração apresentada pelo concessionário (P)		20 pontos	Avalia com 3 pontos a proposta de investimento igual ao preço base; 5 pontos - proposta de remuneração até 15% superior ao preço base; 12 pontos - proposta de investimento até 30% superior ao preço base; 17 pontos - proposta de remuneração até 45% superior ao preço base; 20 pontos – proposta de investimento superior a 50% do preço base.	

1. Deverá apresentar estudo prévio de arquitetura, com peças desenhadas que comprovem a exequibilidade do projeto, designadamente plantas, alçados e cortes.
2. Deverá apresentar proposta detalhada e coerente explicitando com clareza a articulação entre as diversas áreas funcionais, os acessos públicos e as áreas de serviço.
3. Deverá apresentar proposta detalhada com a definição de processos construtivos e dos materiais de revestimento adequados ao uso.
4. Deverá apresentar proposta com soluções ao nível dos alçados e demonstração da sua integração na envolvente urbana.
5. Apresenta proposta com soluções ao nível da eficiência energética.

6. Apresenta proposta que permite verificar o cumprimento dos parâmetros urbanísticos, designadamente alinhamentos, cêrceas e número de lugares de estacionamento subterrâneo.

7. Deverá apresentar proposta completa de programação e oferta desportiva para todo o Centro Desportivo a construir no espaço concessionado, definindo as valências da oferta, o público-alvo, as atividades principais, as atividades complementares, os horários de funcionamento e propostas de parcerias com o Município de Braga.

8. Deverá apresentar proposta completa dos equipamentos técnicos a instalar, nomeadamente equipamentos técnicos de aquecimento e tratamento de águas da piscina, sistemas de AVAC, máquinas de musculação e de fitness, apresentando marcas e características dos equipamentos.

2. Em caso de igualdade entre as propostas, será considerado como critério de desempate a ordenação das propostas em cada um dos fatores acima indicados. Se mesmo assim persistir o empate, será realizado um sorteio presencial entre as propostas envolvidas, cujos moldes serão oportunamente comunicados aos respetivos concorrentes.

Cláusula 19ª

Adjudicação

1. A adjudicação é o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas.
2. A decisão de adjudicação deve ser notificada a todos os concorrentes em simultâneo, até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.
3. O prazo referido no nº anterior pode ser alargado, desde que devidamente justificado, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi escolhida, sem prejuízo da indemnização prevista no artigo 76º, nº3, do CCP.
4. Juntamente com a notificação da adjudicação notifica-se o concorrente para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos na Cláusula 21ª;
 - b) Prestar caução;
 - c) Confirmar o prazo para os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
5. A supra referida notificação deve ser sempre acompanhada do relatório final de análise das propostas, bem como da minuta do contrato a celebrar, no procedimento em causa.

Cláusula 20ª

Causas da não adjudicação

1. Não há lugar a adjudicação, que determina a revogação do ato de contratar, quando:
 - a) Nenhum concorrente tenha apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o prazo fixado para a apresentação das propostas, sem prejuízo da indemnização prevista nos termos do nº4 do artigo 79º do CCP;
 - d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem, sem prejuízo da indemnização prevista nos termos do nº 4 do artigo 79º do CCP.
2. As causas de não adjudicação previstas no número anterior, alíneas c) e d), quando ocorrerem entre o início do procedimento e o termo do prazo para apresentação das propostas, também pode determinar a revogação da decisão de contratar.
3. A decisão de não adjudicação e seus fundamentos deve ser notificada a todos os concorrentes.

Capítulo V

Habilitação

Cláusula 21ª

Documentos de habilitação

- 1.1. O adjudicatário deve apresentar através da plataforma eletrónica, os seguintes documentos de habilitação, até ao **6º dia após notificação** de adjudicação, devendo os mesmos serem redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos contratos Públicos;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h), do nº 1 do artigo 55º do CCP.
- 1.2. O prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos é de 5 dias.

2. O adjudicatário deve ainda apresentar a titularidade de Alvará de Construção emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos do Mobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, IP) que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
3. A Câmara Municipal de Braga pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando prazo para o efeito.
4. A não apresentação dos documentos de habilitação, no prazo fixado ou no caso de não estarem redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada, por causa imputável ao adjudicatário, implica a caducidade da adjudicação.
5. Se a situação prevista no nº anterior não for imputável ao adjudicatário, ser-lhe-á concedido prazo adicional de acordo com as razões invocadas.
6. No caso previsto no número 4, a adjudicação será efetuada à proposta ordenada em lugar subsequente.

Cláusula 22ª

Modo de apresentação dos documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos na Cláusula anterior, através da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, nos termos do disposto na Portaria nº 372/2017, de 14 de dezembro.
2. A Câmara Municipal de Braga pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, da apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido efetuada por correio eletrónico, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações o Artigo 86º do CCP.

3. Sempre que se verifique um dos fundamentos que determine a caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 86º do CCP, o adjudicatário deverá ser notificado ao abrigo do direito de audiência prévia, para que se pronuncie em prazo não superior a 10 (dez) dias.
4. Quando se verificar que esta não é imputável ao adjudicatário deverá conceder-lhe prazo adicional para apresentação dos documentos em falta, não o fazendo o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar à proposta ordenada em lugar subsequente.
5. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas:
 - a) Os documentos previstos no nº 1 da Cláusula 21ª, devem ser apresentados por todos os seus membros;
 - b) Os documentos previstos no nº 3 da Cláusula 21ª, devem ser apresentados por todos os membros cuja atividade careça da sua atividade.
1. É aplicável aos membros dos agrupamentos concorrentes, o disposto nos nºs 4 e 6, da Cláusula 21ª.

Cláusula 23ª

Notificação da apresentação dos documentos de habilitação

A Câmara Municipal de Braga notifica simultaneamente todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário indicando o dia em que ocorreu a sua apresentação.

Capítulo VI

Caução

Cláusula 24ª

Função e valor da caução

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas pela celebração do contrato, em conformidade com o artigo 89.º n.º 3 do Código dos Contratos Públicos, o adjudicatário deverá prestar caução que corresponderá a **2%** do montante correspondente à utilidade económica imediata do contrato para a entidade adjudicante.

Cláusula 25ª

Modo de prestação da caução

1. O adjudicatário deve comprovar a prestação de caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação prevista no nº 4 da Cláusula 19ª.
2. Caso o adjudicatário apresente garantia bancária ou seguro-caução, a redução deste documento deverá seguir o modelo anexo, sendo ainda necessário o reconhecimento das assinaturas constantes da garantia bancária e a indicação da liquidação do respetivo imposto de selo.
3. Caso o adjudicatário preste caução mediante depósito em dinheiro ou títulos, deverá fazê-lo numa instituição de crédito, à ordem da Câmara Municipal de Braga, mediante guia de depósito preenchida pelo próprio em conformidade com o modelo anexo.
4. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.
5. A não prestação da caução, por facto imputável ao adjudicatário, implica a caducidade da adjudicação, passando a mesma para a proposta ordenada no lugar subsequente.

Capítulo VII

Celebração de contrato

Cláusula 26ª

Redução do contrato a escrito

1. Todas as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato escrito serão da conta do adjudicatário.
2. Do presente procedimento será celebrado contrato escrito em suporte papel.

Cláusula 27ª

Aceitação da minuta do contrato

1. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias úteis subsequentes.
2. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou a recusa dos ajustamentos propostos.

Capítulo VIII

Recursos

Cláusula 28ª

Recursos

1. O órgão de recurso administrativo do presente procedimento é a Câmara Municipal de Braga.
2. Para quaisquer questões emergentes do presente procedimento, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Caderno de Encargos

Concurso Público

**“Concessão de Exploração de um Terreno Municipal para a
Construção e Exploração de Complexo Desportivo Municipal de
Braga”**

Caderno de Encargos

Contrato de Concessão

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1ª

Objeto

1- O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **Concessão de exploração de um Terreno Municipal para a Construção e Exploração de Complexo Desportivo Municipal de Braga**, na Rua Luís Soares Barbosa, em Braga num terreno municipal com área de 6476m², com uma área de implantação de 3000m², uma cêrcea máxima de 12 metros e estacionamento subterrâneo, de acordo com a planta anexa a este caderno de encargos.

2- A concessionária deve desempenhar as atividades concessionadas de acordo com as exigências de um regular, contínuo e eficiente funcionamento e adotar, para o efeito, os melhores padrões de qualidade.

Cláusula 2ª

Contrato

1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros ou omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
- c) A proposta adjudicada;
- d) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no Artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no Artigo 101º desse mesmo diploma legal.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 3ª

Obrigações principais do concessionário

- 1- Sem prejuízo de outras obrigações na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o concessionário as seguintes obrigações principais:
- 1.1 Obrigação de contruir e explorar um Complexo Desportivo Municipal de Braga num lote com área total de 6476m², com uma área de implantação de 3000m² e uma cêrcea máxima de 12 metros.
 - 1.2 Obrigação de construir, no terreno, um estacionamento subterrâneo com cerca de 150 lugares de estacionamento.
 - 1.3 Obrigação de apresentar à Câmara Municipal de Braga o projeto completo, com todas as especialidades, do Complexo Desportivo Municipal de Braga com piscina, sauna, spa, salas de atividade de grupo, salas de exercício e musculação. O projeto do Complexo Desportivo Municipal de Braga é objeto de controlo prévio e licenciamento urbanístico no âmbito do previsto no RJUE.
 - 1.4 Obrigação de assegurar, durante todo o período da concessão, a manutenção, limpeza e bom funcionamento do Complexo Desportivo Municipal de Braga.
 - 1.5 A obrigação do pagamento de todas as despesas de investimento e exploração, que são da responsabilidade do concessionário.
 - 1.6 O concessionário tem a obrigação, durante todo o tempo da concessão, de permitir o acesso gratuito à piscina a atividades do Município de Braga, com alunos de Jardins de Infância e/ou escolas do 1º ciclo do Ensino Básico, num período de 2 (duas) horas diárias, durante 3 (três) dias úteis por semana, num número mínimo de 30 (trinta) alunos por hora de utilização e uma ocupação máxima por hora de 2 (duas) pistas. As condições concretas de utilização serão acordadas entre as partes. A utilização de espaço no Complexo Desportivo Municipal de Braga atrás referida por parte do Município de Braga não acarreta qualquer custo ao concessionário em termos de enquadramento técnico.
 - 1.7 A segurança das instalações concessionadas será da responsabilidade do concessionário, sem prejuízo da Câmara Municipal de Braga poder adotar as medidas que entender por convenientes.
 - 1.8 O concessionário fica responsável pelo integral cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, nos termos da legislação em vigor.

- 1.9 O concessionário é responsável pelo cumprimento de toda a legislação em vigor no que respeita à atividade que vai desempenhar nomeadamente quanto á higiene e segurança no trabalho, licenças, alvarás e segurança de equipamentos e instalações.
- 1.10 O preço base da contrapartida a pagar pelo concessionário à Câmara Municipal de Braga será de 700.000€ (setecentos mil euros).

Cláusula 4ª

Forma de prestação da concessão

Para acompanhamento da execução do contrato, o concessionário fica obrigado a enviar ao Município de Braga relatórios anuais com o balanço das atividades desenvolvidas no Complexo Desportivo Municipal de Braga e que cumpram o disposto no nº1 do artigo 418º do CCP.

Cláusula 5ª

Prazo de concessão

- 1- A concessão de exploração mantém-se em vigor pelo prazo de 40 (quarenta) anos.
- 2- No final da concessão, o terreno volta à posse do Município de Braga, integrando o património municipal o edificado e respetivo equipamento, que deverão estar em estado de utilização, sem que o concessionário tenha direito a indemnização ou compensação.
- 3- Após assinatura do contrato de concessão, o concessionário deve apresentar todos os projetos de especialidades num prazo máximo de 90 (noventa) dias.
- 4- O concessionário deverá concluir a obra num prazo máximo de 480 (quatrocentos e oitenta) dias, contado a partir da data de aprovação dos projetos e emissão da respetiva licença de construção.

Cláusula 6ª

Conformidade e garantia técnica

O concorrente fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Câmara Municipal de Braga em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do concessionário e prazos respetivos, nos termos do CCP e demais legislações aplicáveis.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 7ª

Objeto do dever de sigilo

1- O concessionário deve guardar sigilo sobre a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, respeitante ao Município de Braga, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2- A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3- Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fosse comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo concessionário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de concessão a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações da Câmara Municipal de Braga

Cláusula 9ª

Fiscalização

O Município de Braga tem o direito de fiscalizar as instalações concessionadas, não podendo o concessionário opor-se à mesma.

Cláusula 10ª

Contrapartidas

1- O preço base da contrapartida a pagar pelo concessionário à Câmara Municipal de Braga será de 700.000€ (setecentos mil euros).

2- O pagamento da contrapartida será efetuado pelo concessionário à Câmara Municipal de Braga em duas prestações, respetivamente de 30% aquando da adjudicação da proposta vencedora e 70% no ato do levantamento da licença de construção do Complexo Desportivo Integrado.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 11ª

Penalidades contratuais

- 1- Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal de Braga pode exigir do concessionário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
- 2- As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Câmara Municipal de Braga exija uma indemnização pelo dano excedente.
- 3- A aplicação das sanções contratuais é precedida de audiência prévia escrita à concessionária, para, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação, se pronunciar.

Cláusula 12ª

Força maior

- 1- Não podem ser impostas penalidades ao concessionário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se com tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2- Podem constituir força maior se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3- Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituem força maior para os subcontratos do concessionário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do concessionário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedade ou grupo de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo concessionário de deveres ou ónus que sobre ele recaíam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo concessionário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações como origem nas instalações do concessionário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do concessionário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A concorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13ª

Resolução por parte da Câmara Municipal de Braga

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Câmara Municipal de Braga pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o concessionário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Pelo não cumprimento do projeto apresentado;
- b) O não cumprimento das obrigações constantes do Caderno de Encargos.

Capítulo IV

Caução e seguros

Cláusula 14ª

Execução da caução

1- O exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais pelo cocontratante, será garantido por caução a apresentar nos termos descritos no programa de concurso.

2- A liberação da caução ou dos valores retidos segue os termos previstos no artigo 295º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 15ª

Seguros

1- É da responsabilidade do concessionário a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:

- a) Responsabilidade civil
- b) Multirriscos

2- A Câmara Municipal de Braga pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o concessionário fornecê-la no prazo de 10 (dez) dias.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 16ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 17ª

Transmissão de concessão

- 1- A concessão não poderá ser transmitida total ou parcialmente ainda que por arrendamento, sem prévia autorização da Câmara Municipal de Braga, sendo nulos todos os atos e contratos celebrados pelo concessionário com infração ao disposto neste preceito.
- 2- O concessionário só pode onerar bens do domínio público afetos à concessão mediante autorização, que deve acautelar a compatibilidade daquela oneração com o normal desenvolvimento das atividades concedidas.
- 3- Nos termos do artigo 411º do Código dos Contratos Públicos, o adjudicatário poderá constituir uma sociedade anónima detida a 100% (cem por cento) pelo adjudicatário para a assinatura do contrato de concessão, com sede em Portugal e objeto social exclusivo, ao longo de todo o período de duração do contrato, as atividades que se encontram integradas na concessão, para exploração da concessão do Complexo Desportivo Municipal de Braga.

Cláusula 18ª

Resgate e Sequestro da concessão

Ao resgate e ao sequestro da concessão são aplicáveis, por convecção, o disposto nos artigos 422º e 421º do Código dos Contratos Públicos, respetivamente.

Cláusula 19ª

Comunicações e notificações

- 1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 21ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.